

Uma “Força Anômica” na Literatura

Franco Rajer
(UNICAMP)

Resumo

Este artigo perscruta as relações entre lei e literatura, identificando o que denominamos “força anômica” no campo literário. O conceito sob o qual iremos analisar algumas obras, o conceito de anomia, é datado: foi consagrado por Durkheim na tentativa de explicar os fenômenos da sociedade industrial da segunda metade do século XIX. Não é sem mais que o estandarte deste trabalho seja filho dessa mesma época. Se existe uma força verdadeiramente anômica na literatura, ela encontra-se em “*Memórias do Subsoló*”, de Dostoievski, com todos os seus registros: o individualismo exacerbado, a constante insatisfação, a ausência de sentido, descrédito no empreendimento racional e o completo vácuo ético-moral acionado pelo exercício da razão.

Pretendemos alocar sob a rubrica “anômicos”, personagens que conscientemente (e a consciência é um dado importante) desvelam o caráter contingente da lei, seja ela derivada de um princípio metafísico, teológico ou simplesmente jurídico e prático. Por isso, os personagens analisados não são anômicos simplesmente porque desejam, enquanto indivíduos, mais do que a sociedade capitalista e a divisão do trabalho lhes reservou. Esses personagens reconheceriam o completo vácuo ético-moral no qual o homem estaria imerso, a suposta ausência de princípios capazes de governar as ações humanas.

Abstract

This article scans the relations between law and literature, identifying what we know as “anomic force” in the literary field. The concept which we will use to analyze some work, the concept of anomie, is dated: was consecrated by Durkheim in the attempt to explain the phenomenon of the industrial society on the second half of the XIX century. It is not a surprise that the standard of this work is a ‘son’ of the same time. If there is a truly anomic force in literature, it could be found in “Notes from Underground” of Dostoevsky, with all notes: the individualism overdue, the continuous dissatisfaction, absence of meaning, unaccredited in the rational enterprise and the complete ethic-moral vacuum activated by the reason exercise.

We intent to allocate the initial “anomic”, personages that conscientiously (and the conscience is an important data) unraveling the important character contingent of the law, and the derivative of the metaphysic, theology or simply juridical and practice principles. By that is not anomic simple by desire while individual, more than what the capitalism society and the work division prevailed. Those personages would recognize the complete ethic-moral vacuum which the men are immerse, the suppose absence of principles capable of preside over the human actions.

Palavras-Chave: Anomia; Sociologia; Psicanálise; Filosofia; Ética; Dostoievski; Camus.

Key-Words: Anomie; Sociology; Psychoanalysis; Philosophy; Ethics; Dostoevsky; Camus.

Este artigo perscruta as relações entre lei e literatura, identificando o que denominamos “força anômica” no campo literário. O conceito sob o qual iremos analisar algumas obras, o conceito de anomia, é datado: foi consagrado por Durkheim na tentativa de explicar os fenômenos da sociedade industrial da segunda metade do século XIX. Não é sem mais que o estandarte deste trabalho seja filho dessa mesma época. Se existe uma força verdadeiramente anômica na literatura, ela encontra-se em “*Memórias do Subsoló*”, de Dostoievski, com todos os seus registros: o individualismo exacerbado, a constante insatisfação, a ausência de sentido, descrédito no empreendimento racional e o completo vácuo ético-moral acionado pelo exercício da razão.

Pretendemos alocar sob a rubrica “anômicos”, personagens que conscientemente (e a consciência é um dado importante) desvelam o caráter contingente da lei, seja ela derivada de um princípio metafísico, teológico ou simplesmente jurídico e prático. Por isso, os personagens analisados não são anômicos simplesmente porque desejam, enquanto indivíduos, mais do que a sociedade capitalista e a divisão do trabalho lhes reservou. Esses personagens reconheceriam o completo vácuo ético-moral no qual o homem estaria imerso, a suposta ausência de princípios capazes de governar as ações humanas.

Na obra *Da Divisão do Trabalho Social* (1893), o mal anômico seria provocado pela crescente especialização dos meios de produção e também pelas abruptas mudanças na economia. A exagerada divisão do trabalho (a divisão anômica do trabalho), fruto do avanço tecnológico e da racionalização do processo produtivo, desencadearia um enfraquecimento dos laços sociais ou “opacidade” da regulamentação moral, surgindo, assim, o estado anômico, estado “sem leis”. No entanto, Durkheim assinalava um possível equilíbrio espontâneo advindo do contato entre os diferentes segmentos da sociedade, constituindo o que o sociólogo chamou de “solidariedade orgânica”, ação pela qual seria banido o mal anômico, garantindo o re-equilíbrio do corpo social. Percebemos que esta primeira concepção de anomia acima descrita está diretamente ligada às transformações econômico-sociais no cenário das sociedades industriais do século XIX e, evidenciando o otimismo de Durkheim, tal “patologia social” seria o resultado de



um contexto que poderia ser modificado.

Por outro lado, na obra *O Suicídio* (1897), a concepção de anomia ganha um novo estatuto: o de patologia social permanente, intrínseca às sociedades modernas. Durkheim ancora sua argumentação na variação dos índices de suicídios que ocorre concomitantemente às alterações do “ciclo econômico”. Segundo ele, durante as crises, as taxas anuais respondem com um aumento significativo ao número de “mortos voluntários”, o que nos levaria a concluir que o homem, quando exposto a uma situação adversa (miséria), estaria mais inclinado a abrir mão da própria vida para escapar ao sofrimento. No entanto, outro fato colocou o sociólogo francês diante de um paradoxo: as taxas de suicídio aumentam mesmo em época de prosperidade econômica:

“Tanto não é o crescimento da miséria que provoca o crescimento dos suicídios que também crises favoráveis, cujo efeito é aumentar bruscamente a prosperidade de um país, agem sobre os suicídios da mesma forma que desastres econômicos” (DURKHEIM, E. *O Suicídio*, pág 260).

Na obra *O Suicídio*, a anomia não resulta de um desarranjo sócio-econômico específico, mas surge, concomitantemente, como fruto do desequilíbrio entre as necessidades psíquicas do homem e os meios possíveis à sua satisfação. Uma vez que a sociedade perde a capacidade de regular os desejos individuais, o homem torna-se insaciável e, desta forma, anômico. Operando uma redução que nos será útil ao tratarmos da anomia no campo psicanalítico, a anomia é, em última instância, um problema que surge na relação entre o desejo e a lei.

Lembramos que Durkheim cria três categorias de “mortes voluntárias”: suicídio *altruísta*, suicídio *egoísta* e suicídio *anômico*. O suicídio altruísta é diametralmente oposto ao suicídio anômico, pois, no primeiro, o suicídio inscreve-se como norma “universal e necessária” ao indivíduo de determinada sociedade (Ex. os chefes de muitas sociedades tribais suicidam-se ao atingir idade avançada). Por outro lado, o problema da anomia ou do suicídio anômico poderiam ser entendidos como resultado da degradação deste sistema de crenças.

Segundo Robert Merton (1970), não é apenas a excessiva divisão do trabalho a principal causa do mal anômico. Altera-se, no conjunto, a relação entre cultura

e divisão do trabalho. A cultura determinaria as metas de cada indivíduo, aquilo que cada um deve almejar dentro de uma sociedade, enquanto a divisão do trabalho forneceria os meios através dos quais o indivíduo atingiria tal meta. Por exemplo, nas sociedades tribais, cultura e divisão do trabalho soam como uma única entidade. O trabalho é dividido por idade, sexo etc. segundo o sistema de crenças da tribo, de forma que o indivíduo possui de antemão os meios para atingir as metas determinadas pela cultura. Em suma, para Merton, a anomia é resultado do desequilíbrio entre estas duas instâncias. No seu livro intitulado *Anomie, anomia e interacción social*, o autor tenta explicar o crime, a toxicomania e a delinqüência como resultado de um quadro anômico da sociedade.

Se por um lado a sociedade industrial coroa os abastados e faz apologia ao acúmulo, de outro, o operário, além de não possuir controle integral do processo produtivo, não é capaz de satisfazer-se socialmente através do consumo. E não esqueçamos o mais importante, uma cultura fundada no consumo pode abrir margem à vontade sem freios, neste caso, à anomia. Explicado nos termos de Durkheim, uma vontade sem limites é resultado de uma cultura que nos permite desejar muito mais do que as condições materiais nos podem oferecer, é resultado de um processo de individualização como conseqüência da exacerbada divisão do trabalho, tornando o desejo individual livre de regulamentação.

(...) as necessidades, na medida em que dependem apenas dos indivíduos, elas são ilimitadas. Em si mesma, abstraindo-se todo o poder exterior que a regula, nossa sensibilidade é um abismo sem fundo que nada é capaz de preencher. (DURKHEIM, E. *O Suicídio*, pág 313)

Para o psicanalista Hélio Pellegrino (1987) *a impossibilidade de manter o pacto social, que garante a coesão das sociedades humanas, leva, do ponto de vista inconsciente, à ruptura do pacto edípico*. Chama-se, assim, anômico, não apenas o indivíduo que não reconhece ou respeita as normas sociais, mas também aquele que inconscientemente não respeita as normas impostas pelo pacto edípico. Pellegrino afirma que a interdição ao incesto, que coloca condições à relação mãe-filho, instaura, do ponto de vista psicanalítico, a lei que corresponde à internalização da proibição e à promoção da identificação paterna. Segundo o autor, Édipo proíbe o incesto, porém permite inúmeros desejos. *Ele é a lei do*



*desejo e o desejo da lei*¹ (MEIRELES 2001, p 81).

O pacto edípico garante a consolidação da família. O filho reconhece o seu lugar, admite as regras que compõem o núcleo familiar e está pronto para admitir a normatização social. Direitos e deveres são instituídos em troca do bem-estar individual. No entanto, quando a integridade física ou psíquica do indivíduo não é garantida, a sociedade é agredida. No inconsciente individual, instaura-se um estado anômico. Os “sintomas” externos podem aparecer sob a forma de delinqüência, toxicomania e, como último estágio, o suicídio. No inconsciente, o incesto e o parricídio são admitidos.

(...) o processo resultante da ruptura do pacto social remeterá, em última análise, à ruptura do pacto edípico, ou seja, ao esvaziamento do valor simbólico da lei. Esse é o sentido psicanalítico da anomia (MEIRELES, 2001, p 81).

Vimos acima, em linhas gerais, a delimitação do conceito de anomia nas obras de Durkheim e a apropriação que a teoria psicanalítica faz deste mesmo conceito. A ausência de leis é explicada como: resultado do processo de individualização resultante da re-organização do processo produtivo (divisão anômica do trabalho); desarranjo entre necessidades e meios (pacto social), sendo a anomia inerente às sociedades modernas e à própria natureza humana quando longe de regulamentação; desarranjo entre lei e desejo (pacto edípico).

Ao evocarmos alguns personagens da Literatura nosso intento é tornar evidente outros aspectos da anomia, a saber, a idéia de que a ausência de normatização ético-moral não é apenas conseqüência do progresso científico-tecnológico, da alteração das relações econômico-sociais ou de leis psico-sociais, mas também, fruto do exercício racional ativo que cada indivíduo é capaz de operar. Nossa ênfase reside nos percursos individuais que levam a anomia e que, a princípio, as outras teorizações ignoram por uma questão metodológica.

Em suma, pretendemos alocar sob a rubrica “anômicos”, esses personagens que, conscientemente, (e a consciência é um dado importante) desvelam o caráter contingente da lei, seja ela derivada de um princípio metafísico, teológico ou simplesmente jurídico e prático. Por isso, não são anômicos simplesmente porque desejam, enquanto indivíduos, mais do que a sociedade capitalista e a divisão do

trabalho lhes reservou. Esses são anômicos que reconhecem o completo vácuo ético-moral no qual o homem estaria imerso, a suposta ausência de princípios capazes de governar as ações humanas.

MEMÓRIAS SO SUBSOLO

“Operários que terminam uma tarefa com certeza recebem dinheiro e vão a um botequim, acabando num distrito policial – bem, aí estão ocupações para uma semana. Mas o homem, para onde irá?” (DOSTOIEVSKI)

Como constatou Camus, os personagens de Dostoievski não temem o ridículo, se indagam sobre o sentido da vida, por isso são modernos. No romance “*Memórias do Subsolo*”, o narrador-personagem fala sobre suas angústias e dúvidas com muito sarcasmo. Tem um estilo digressivo, não sistemático, é irônico e suas idéias surgem em sobreposição quase histérica. A narrativa começa em tom confessional, mas por vezes o narrador diz estar mentindo. Em seguida, dialoga com seu interlocutor e revela cada móbile que teria levado a tal ato para que possam acreditá-lo. Ao mesmo tempo em que pede desculpas ao mentir, diz não se importar com a opinião do público. Ao final da primeira parte do romance afirma não escrever para ninguém além de si próprio. Diz imaginar um interlocutor apenas por questão de estilo e acredita que a escrita lhe proporcionará alívio. Em suma: parece não ter aderido a uma causa que vá além de seus próprios interesses, em especial, das suas dúvidas. Ao final do romance se auto-intitula um “paradoxalista”. Por isso é preciso frisar, o homem do subsolo vive a dúvida e ainda que encontre apenas o paradoxo, ele o respeita, ele o leva a sério.

Dostoievski é o romancista filósofo por excelência, seu principal objeto de análise é o pensamento, o argumento... Em *Memórias do Subsolo* essa característica aparece de forma hiperbólica. A opção do escritor é mostrar, de forma não sistemática (isso é algo importante) o emaranhado lógico de um



homem hipertrofiado, um homem que pensa o suficiente para fazer do empreendimento racional uma patologia.

(...) um homem inteligente do século XIX precisa e está moralmente obrigado a ser uma criatura sem caráter; e uma pessoa de caráter, de ação, deve ser, sobretudo, limitada (DOSTOIEVSKI, 2000 p.17)

O narrador trabalha com a distinção entre *homens de ação* e *homens hipertrofiados*. Um homem de ação é um homem de inteligência limitada, de outro lado, o “homem-idéia”, “o homem instruído do século XIX” (essa expressão permeia toda a primeira parte do romance) sabe que a muito o mundo não é o mesmo, que Deus não habita o coração dos homens exercendo sua coerção e que, além disso, as “leis da natureza” devem imperar. Ninguém pode insurgir-se contra elas. O homem do subsolo parece convencido de que não é possível escapar ao determinismo. Isso traz conseqüências escabrosas para o campo ético, nosso anti-herói delimita o problema. Sobre o homem-idéia, o homem de consciência hipertrofiada, sobre esse camundongo, o narrador afirma:

Suponhamos que ele esteja ofendido e queira vingar-se (...) é possível que esse desejo baixo ranja nele de forma mais aguda do que no próprio “homem da natureza e da verdade”, porque este, devido a sua inata estupidez, considera sua vingança um simples ato de justiça; já o camundongo, em virtude de sua consciência hipertrofiada, nega haver nisso qualquer justiça (DOSTOIVSKI, 2000, p.23)

O homem hipertrofiado não é capaz de julgar, porque reconhece os limites da razão. No paradigma determinista, todo o universo é regido por relações de causa e efeito, no entanto, os acontecimentos que agora observamos são condicionados por causas que não podemos ter acesso. Não é possível ter acesso a toda a cadeia causal e, ainda que isso ocorresse, isso só aumentaria a certeza de que ninguém pode ser punido nem julgado, em absoluto, por nada, pois o mundo e toda esta rede causal existia antes de qualquer indivíduo². O *homem de ação* é limitado porque atribui às causas secundárias uma importância primeira, ele acredita ser possível apontar a causa última de um determinado fato ou ação. O *homem hipertrofiado*, por outro lado, reconhece esse limite, por isso, está

“moralmente obrigado a ser uma pessoa sem caráter”, reconhecendo que sua inteligência o deixou desprovido de qualquer motivo para julgar moralmente.

Para começar agir, é preciso, de antemão, estar de todo tranqüilo, não conservando quaisquer dúvidas. E como é que eu, por exemplo, me tranqüilizarei? Onde estão as minhas causas primeiras em que me apóie? Onde estão os fundamentos? Onde irei buscá-los? Faço exercício mental e, por conseguinte, em mim, cada causa primeira arrasta imediatamente atrás de si outra, e ainda anterior, e assim por diante, até o infinito. Tal é, de fato, a essência de toda consciência, do próprio ato de pensar (...) (DOSTOIEVSKI, 2001, p. 30).

Desvelamos aqui o raciocínio que levou o personagem a um completo esvaziamento moral e ético, à anomia. A progressão do romance de Dostoievski leva o personagem a teorizar sobre a relação entre razão, vontade e as “leis da natureza”.

O personagem parte de uma crítica voraz ao determinismo dito científico. A expressão “ $2 + 2 = 4$ ” é evocada inúmeras vezes a propósito desta inevitabilidade, do fatalismo ao qual o homem está fadado. “São as leis da natureza”. Ele critica aqueles que afirmam a possibilidade de controlar os apetites humanos através da razão, como se a vontade estivesse subordinada à primeira. Estes dizem que o homem comete o mal porque não sabe o que lhe é vantajoso e que, portanto, o homem é infeliz por simples ignorância. A solução para isso seria mudar as condições sócio-econômicas e, depois disso, “poderíamos desejar segundo uma tabela”.

O narrador troça ao afirmar que, se razão e vontade coincidissem, bastaria que o homem raciocinasse para ser feliz! O trecho acima citado mostra que o personagem acredita que a vontade é um campo maior que a própria razão. Por isso, entre outras coisas, é possível que o homem deseje a maior das ignomínias, aquilo que lhe é abjeto e desfavorável, por simples capricho.

Em *Memórias do Subsolo*, o narrador-personagem almeja a inércia completa e absoluta, perante a ausência de sentido de sua existência. Quereria ser um preguiçoso profissional. Essa é uma das possibilidades que seu percurso revela: “cruzar os braços e sentar numa cadeira, o resto da vida”. Mesmo o ato de



tagarelar, ele afirma o fazer a propósito dos quarenta anos de subsolo, normalmente haveria de calar-se.

Colocado nos termos de Camus, a pergunta fundamental de Dostoievski em suas obras é: “a vida é eterna ou é enganosa?” (com um “ou” definitivamente exclusivo neste caso). Raskolnikov almeja a completa auto-realização nesse mundo, para tanto, tudo é permitido; Kirilov apela para o suicídio lógico, uma forma de revolta individual, a possibilidade do suicídio aparece como atributo de sua divindade, pois Deus está morto. O homem do subsolo aponta mais uma face componente do desregramento: a inércia, a apatia, o niilismo, em última instância, o homem abandonado aos “humores do corpo”, aos seus estados físicos. Lançado à sorte das leis naturais, a felicidade revela-se como “graça” ou acaso. Esta felicidade não tem sentido, porque não está submetida a nenhuma espécie de coerção normativa, ela não obedece a nenhuma lei e não depende dela para emergir.

O ESTRANGEIRO E O MITO DE SÍSIFO

“O estrangeiro não é um livro que explica: o homem absurdo não explica, descreve; não é também um livro que prove. Camus somente propõe e não se inquieta com o justificar o que, por princípio é injustificável. *O Mito de Sísifo* vai ensinar-nos a maneira como é preciso acolher o romance do nosso autor” (SARTRE, prefácio de “O Estrangeiro”)

Se em *Memórias do Subsolo* vemos o nascimento de um personagem anômico, Mersault, de “O Estrangeiro”, de Albert Camus, é o estado final e acabado deste personagem, filho de um “raciocínio absurdo”. Ele não está mais às voltas com as dúvidas, não se assusta com os paradoxos que o narrador do subsolo insistia em nos atirar na face. Desprovido de qualquer crença na possibilidade de explicar este mundo, o nosso personagem absurdo se empenha em descrevê-lo. Aquele que encontrar uma suposta “chave heurística” em “O Estrangeiro”, o pode fazer de duas maneiras: ou ele é o próprio Mersault, neste sentido, um *niilista*, ou é um mentiroso.

Camus troça daqueles que procuraram um sentido em sua obra, um sentido oculto. O tema do sol, sempre presente, o árabe como suposto “estrangeiro”, são pseudo-pistas à caminho de um exercício interpretativo que leva o leitor a esgotar os seus conceitos. Quem é Mersault? É bom ou mau? O quê espera? O quê quer? Não é necessário que nos empenhemos muito, basta que leiamos “O Mito de Sísifo”:

Se eu fosse árvore entre as árvores esta vida teria um sentido, ou melhor, este problema é que eu não teria, porque eu faria parte deste mundo ao qual agora me oponho com toda minha consciência. Esta razão tão irrisória é que me opõe a toda criação (CAMUS, 1989 p.64)

Mersault é estrangeiro diante do mundo. O absurdo fundamental representa este “divórcio”. Nas palavras de Sartre, *divórcio entre as aspirações do homem á unidade e o dualismo intransponível do espírito e da natureza, entre o impulso do homem em direção ao eterno e o caráter finito de sua existência*. Explicamos aqui o título do romance. Em *O Mito de Sísifo*, Camus não dedica uma única linha sequer a questões político-sociais ou étnicas. Esqueçamos, pois, o árabe, não é disso que se trata.

Voltemos a demarcar os passos que nos levaram a colocar Mersault e o *homem do subsolo* sob a rubrica “anômicos”. Mersault leva em conta todos os paradoxos que a razão é capaz de proporcionar, neste sentido, possui a mesma lucidez do personagem de Dostoiévski. No entanto, o primeiro nos parece manifestação daquele preguiçoso que o narrador de *Memórias do Subsolo* tanto invejava.

(...) quando acordei estava apertado de encontro a um soldado, que me sorriu e me perguntou se eu vinha de longe. Disse que sim, para não ter que voltar a falar (CAMUS, 1989 p.42)

Sim, Mersault é um *niilista*, e durante o romance muitos parágrafos tratarão unicamente da sua apatia, da sua falta de ânimo diante do sol que oprime, das longas distâncias, da inutilidade do diálogo. Um dos sintomas que nos dá pistas do “raciocínio absurdo” no qual ele está imerso é a frase “a culpa não é minha”, repetida inúmeras vezes ao longo do romance e, ainda, tal frase não aparece ligada a uma justificativa. Mersault não diz: “a culpa não é minha, por



isso, por isso e por aquilo”, e não porque não pudesse se justificar, à maneira do personagem de Dostoievski, com os seus paradoxos, mostrando que não é possível julgar ninguém, que o homem está fadado a ser alguém sem caráter. O que teria motivado o assassinato do árabe na praia? A resposta de Mersault fez o júri rir. O homem do subsolo teria rido da pergunta.

Mersault tem consciência da inutilidade de qualquer justificativa. Na tentativa de encontrar uma resposta adequada à “inteligência” (aqui entre aspas denotando uma forma peculiar de analisar as coisas) daqueles que o cercam, incluindo os leitores, é claro, aponta-nos o sol e, assim também nos cega. Entre o dedo de Mersault e o gatilho, havia o sol, o suor na testa, um árabe e uma navalha, uma briga motivada por uma mulher minutos antes. São fatos, possíveis causas que nos julgamos capazes de reconstituir, mas a verdade é que não existe nenhuma relação necessária entre os eventos anteriores e o ato de Mersault. *O Estrangeiro* é uma sucessão de presentes, estilhaços de eventos que não se comunicam com os anteriores. A escrita de Camus pode ser tomada como hieróglifo desta idéia. Como afirma Sartre no prefácio de *O Estrangeiro*: “a frase é nítida, sem rebarbas, fechada sobre si própria; é separada da frase seguinte por um nada, como o instante de Descartes é separado do instante seguinte”. A escrita de Camus não nos reporta apenas a concepção cartesiana de tempo, mas também à análise epistemológica de Hume acerca das “questões de fato”. Para Hume, não existe entre dois eventos quaisquer (A e B) uma relação lógica necessária. Que A seja a causa de B é uma crença fundada pelo hábito. Cada acontecimento narrado por Mersault é também uma ilha neste sentido, não existem leis necessárias regendo os acontecimentos.

Por fim, lembramos que, assim como o absurdo descrito por Camus possui várias facetas, vários sintomas, a anomia também o possui. Camus, em *O Mito de Sísifo*, nos dá alguns exemplos. Don Juan é a expressão do “mal do infinito”, o desejo ilimitado que não pode ser aplacado. Seja na forma de suicídio ou homicídio, os personagens de Dostoievski também revelam este componente anômico. Alguém poderia afirmar que Mersault e o “homem do subsolo” são

inofensivos, que não são maus, que Mersault não tinha intenção de matar aquele árabe, que o nosso homem-idéia é apenas um tagarela. Isso pouco importa.

Devemos atentar à contribuição que a literatura pode trazer à compreensão dos fenômenos do desregramento e do debate ético que se instala a partir destes personagens. Para além de qualquer análise com base em conceitos e normas psico-sociais gerais e abstratas, eles nos mostram que a anomia é um processo instaurado através de raciocínios, e que estes possuem um conteúdo. Foi este o percurso que tentamos traçar acima.

A plena consciência que têm desta condição, de não estar sujeito a leis, torna estes personagens exemplares do ponto de vista filosófico-existencial. A epígrafe de *O Mito de Sísifo* resume o alento dos personagens anômicos: “*minha alma não aspira a vida imortal, ela esgota o campo do possível*”. E o mal, não seria apenas mais uma destas possibilidades?

Agradecimentos

Agradeço ao professor Márcio Seligmann Silva, membro do departamento de Letras do IEL (UNICAMP), por ter ministrado com excelência e dedicação a disciplina “Lei e Literatura” no programa de pós-graduação (1º semestre de 2007). Este artigo é fruto do trabalho desenvolvido nesta disciplina.

BIBLIOGRAFIA

- BRÜSEKE, F.J. *A Lógica da Decadência: Desestruturação Sócio-econômica, o Problema da Anomia e o Desenvolvimento Sustentável*. Belém, Cejup, 1996.
- CAMUS, A. *O Estrangeiro*, trad. Antônio Quadros, Editora Unibolso.
- CAMUS, A. *O Mito de Sísifo*. Trad: Mauro Gama. Editora Guanabara, Rio de Janeiro, 1989.
- DURKHEIM, E. (1893) *Da Divisão do Trabalho Social*. São Paulo, Martins Fontes, 1969.



(1897) *O Suicídio: estudos de sociologia*. Lisboa, presença.
s/d.

DOSTOIÉVSKI, F. *Memórias do Subsolo*, trad. Boris Schnaiderman. Editora 34, São Paulo, 2000.

HUME, David. *Tratado da Natureza Humana*. Trad: Débora Danowski. Editora Unesp. São Paulo, 2001.

MEIRELES, M.M. *Anomia: a patologia social na virada do milênio*. São Paulo, casa do psicólogo, 2001. (Coleção Clínica Psicanalítica).

MERTON, R.K. “*Anomie, anomia e interacción social: contextos de conducta desviada*”.in: MEIRELES, M.M. *Anomia: a patologia social na virada do milênio*. São Paulo, casa do psicólogo, 2001. (Coleção Clínica Psicanalítica).

Notas:

¹ A luta entre o desejo e a lei que o regula é ponto central na conceituação da anomia em Durkheim. Lembremos que o “mal do infinito” é causado por uma insaciabilidade, uma vontade sem freios.

² Este problema é tratado por Kant na terceira antinomia da razão pura. Trata-se, em última instância, de saber se a liberdade individual está também submetida às leis da natureza.